

Educação das Relações Étnico-Raciais no cotidiano de uma escola municipal em Macapá- AP¹

Education of Ethnic-Racial Relations in the daily life of a municipal school in Macapá - AP

160

Betel Pereira de Castro
Eugénia da Luz Silva Foster
Elivaldo Serrão Custódio

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as relações inter-raciais que se dão entre professor/alunos e alunos/alunos no contexto escolar focalizando o processo de discriminação racial e de superação do racismo, mediado pelo Projeto Político-Pedagógico - PPP, considerando a realidade de uma escola em Macapá, estado do Amapá. A importância de entendermos de que forma o racismo age nas escolas é essencial, porque a partir dessa compreensão poderemos combatê-lo com eficácia, no sentido de promover uma nova visão em relação à população negra, na escola, e em outros espaços da sociedade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa por meio de estudo de caso. Os dados coletados foram realizados a partir de observação participante, entrevista semiestruturada e análise documental. E como fator de interpretação das entrevistas, utilizou-se a análise do discurso. Os resultados apontaram para a existência de discriminação racial. Contudo, constataram-se algumas pistas positivas relevantes no processo antirracista, por meio do projeto “Consciência negra: valorizando nossas raízes”, a representação de figuras negras em alguns cartazes da escola pesquisada, e outros mecanismos de mudanças.

Palavras-chave: Relações Inter-raciais; Escola; Racismo; Educação Antirracista; Macapá.

Abstract: This article aims to analyze the interracial relationships that occur between teacher/students and students/students in the school context, focusing on the process of racial discrimination and overcoming racism, mediated by the Political-Pedagogical Project - PPP, considering the reality from a school in Macapá, state of Amapá. The importance of understanding how racism operates in schools is essential, because from this understanding we can combat it effectively, in order to promote a new vision in relation to the black population, at school, and in other spaces of society. This is qualitative research through a case study. The data collected were based on participant observation, semi-structured interviews and document analysis. And as a factor for interpreting the interviews, discourse analysis was used. The results pointed to the existence of racial discrimination. However, some relevant positive clues were found in the anti-racist process, through the project “Black Consciousness: valuing our roots”, the representation of black figures in some posters at the researched school, and other mechanisms of change.

Keywords: Interracial Relations; School; Racism; Anti-Racist Education; Macapá.

Introdução

¹ O artigo em questão é uma versão atualizada do Trabalho de Conclusão do Curso apresentado no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).



A importância de entendermos de que forma o racismo age nas escolas é essencial, porque a partir dessa compreensão poderemos combatê-lo com eficácia, no sentido de promover uma nova visão em relação à população negra, na escola, e em outros espaços.

O estudo em questão é fruto de uma pesquisa realizada em uma escola pública municipal de Ensino Fundamental na cidade de Macapá/AP, no âmbito de um trabalho de conclusão de Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), por se tratar de um contexto que expressa a diversidade de raças, culturas, costumes, valores e formas de ver o mundo, na região amazônica. Nessa perspectiva, a pesquisa se encaminhou para a investigação das relações inter-raciais no âmbito escolar, e justifica-se pelo fato de não somente tentar identificar, e compreender, ainda que de modo parcial, as formas como o racismo se reproduz nas escolas no campo das relações interpessoais, mas principalmente, visando evidenciar os possíveis processos indicadores de mudança, para a construção de uma pedagogia antirracista.

A partir dessas considerações, e da busca em construir uma escola mais inclusiva racialmente, no bojo das determinações da Lei Federal 10.639/2003² e 11.645/2008³, bem como da Lei Estadual 1.196/2008⁴, e dos movimentos de superação do racismo, é que surgiu o seguinte problema: como se caracterizam as relações inter-raciais, entre professores e alunos, alunos e alunos, considerando a realidade de uma escola em Macapá?

Desse modo, levando em conta a existência de uma legislação nacional e estadual que visam combater o racismo e promover relações raciais e étnicas mais respeitadas das diferenças, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as relações inter-raciais que se dão entre professor/alunos e alunos/alunos no contexto escolar, focalizando o processo de discriminação

² Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

³ Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

⁴ Institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da Educação Básica e dá outras providências.



racial e de superação do racismo presente nas relações entre os sujeitos, mediado pelo Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola pesquisada.

Caminho metodológico da pesquisa

Para a realização desta pesquisa é importante enfatizar que além da pesquisa bibliográfica - como fase inicial do trabalho, no sentido de buscar as fontes necessárias à fundamentação do tema pesquisado e, mais especificamente, ao detalhamento do problema de pesquisa - foi realizada uma observação *in loco*, por ser uma etapa indispensável em qualquer investigação.

Assim, ressalta-se que a referida pesquisa configurou-se como estudo de caso, tendo em conta “a oportunidade para lançar luz empírica sobre conceitos e princípios teóricos” (Yin, 2015, p. 44), em uma abordagem qualitativa, que “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dado e o pesquisador como seu principal instrumento” (Lüdke; André, 2018, p. 11).

Como instrumentos para obtenção dos dados, foram utilizados a observação participante, o objetivo é captar as especificidades das relações inter-raciais entre alunos e e professores e alunos mediadas ou não por conflitos e atitudes racistas ou de respeito, estabelecidas no cotidiano do espaço escolar, a análise documental para discorrer sobre o PPP da escola, que de acordo com André e Lüdke (2018, p. 45) os documentos “compõem, nesse caso — uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador [...]”.

Além disso, buscou-se por meio das entrevistas semiestruturadas, a qual “é uma técnica privilegiada de comunicação” (Minayo, 2009, p. 76), com a professora da turma do 5º ano e a coordenadora da escola, extrair informações que permeiam o caráter interativo dos sujeitos pesquisados, tendo em vista entender como percebem a questão racial entre os alunos e alunos e alunos e professores naquele espaço educacional.

E como fator de interpretação das entrevistas, utilizou-se a análise do discurso, que “tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais [...]” (Caregnato; Mutti, 2006, p. 680).



Assim sendo, tratar a questão racial a partir desses pressupostos é buscar compreender os vários aspectos ideológicos e discursivos da interação que se promove, assim como a manipulação estatística do fato científico, de modo que isso permite evidenciar as relações do fenômeno, em suas ocorrências e significados.

Relações inter-raciais no cotidiano escolar

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) são políticas de ações afirmativas que buscam sanar as lacunas do estudo da questão racial evidenciando a cultura e história africana e afro-brasileira, bem como a questão indígena incluída posteriormente nas referidas diretrizes. Cabe ao Estado promover e incentivar essas ações, oferecendo cursos de capacitação e conscientização aos professores e demais atores educacionais, tendo em vista, ainda, não somente conhecer a história e a cultura, bem como a desconstrução “do mito da democracia racial na sociedade brasileira [...]” (Brasil, 2013, p. 499). Assim sendo, o papel principal das DCNERER é a promoção da

Educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática (Brasil, 2013, p. 512).

Nessa perspectiva, o processo de implementação dessas ações afirmativas, busca quebrar um padrão hegemônico que subsiste desde o início do sistema de educação do Brasil, cujos currículos não alcançaram as crianças e os jovens negros, e ainda invisibiliza a cultura negra nos livros didáticos, nos debates sobre educação e nos cursos de formação inicial de professores.

Entende-se, dessa forma, que a proposta central das DCNERER como forma de enfrentamento à prática racista é trazer à tona a questão da educação das relações raciais, nos debates, nos currículos escolares, e nos cursos de formação inicial de professores, para que possam ter base teórica e empírica como futuros educadores na atuação em sala de aula e fora dela.



É nessa direção, que a Educação para as Relações Étnico-Raciais contribui para a ressignificação histórica, social, política, e cultural reconstruindo identidades subalternizadas, e produzindo conhecimentos e reflexões que ampliam a visão sobre os processos que formaram o pensamento racial brasileiro.

Observa-se nesse aspecto, assim como no restante do Brasil, que na Amazônia amapaense, a questão racial e seus desdobramentos tensionam as relações interpessoais, que se dão nesse espaço, uma vez que esses processos perpassam os modos de vida, os saberes, as religiosidades, as culturas, entre outros aspectos, configurando-se em entraves que, muitas vezes, impossibilitam o desenvolvimento social do negro.

Entretanto, nesse cenário, a Lei Estadual 1.196/2008, cuja instituição é resultado das Leis Federais 10.639/2003, e 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da Educação Básica, tem contribuído na luta contra os processos que historicamente desvalorizam certos grupos humanos, e entre estes, o negro.

A instituição escolar, nesse sentido, tem o papel imprescindível na construção de relações igualitárias, pois, participa diretamente na formação de atitudes e valores essenciais à formação da cidadania dos educandos. Nesse sentido, é preciso combater aspectos discriminatórios que abrangem as relações inter-raciais ao longo do tempo e em diversos espaços.

Ressalta-se, que um dos fatores que servem para reforçar a manutenção do preconceito é o fato de que muitos professores têm dificuldades de compreender que no ambiente escolar, também existem problemas étnico-raciais, e sem essa compreensão, torna-se, de certo modo, inviável para alguns educadores, o combate a esses processos.

O espaço escolar é um aliado da educação para o reconhecimento e valorização das diferentes culturas e etnias que compõem a nossa nação. Contudo, sabe-se, que a convivência escolar, é marcada por diferenças, tanto sociais quanto culturais, que influenciam no comportamento dos sujeitos e, o não reconhecimento dessas diferenças constitui um entrave para a construção



positiva da identidade afro-brasileira do aluno. Munanga (2008) aponta, nessa direção, que:

O processo de construção dessa identidade brasileira, na cabeça da elite pensante e política, deveria obedecer a uma ideologia hegemônica baseada no ideal de branqueamento. Ideal esse perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial [...] (Munanga, 2008, p. 95).

O essencial, nesse caso, é que haja uma reconstrução da identidade negra, no sentido de rever os conceitos, as atitudes, as características negativas atribuídas aos grupos étnico-raciais, e valorizar as diferenças, como forma de eliminar estigmas, e “a escola pode ser um importante mecanismo de mudança nesse cenário posto [...]” (Corenza, 2018, p. 67).

Para tanto, a instituição escolar necessita estar preparada para lidar com a diversidade que compõe o contexto educacional, e, para isso, de acordo com Gomes (2012; 2021), é preciso não somente descolonizar⁵ as mentes, mas também, os currículos escolares, para assim, avançar no processo de combate ao racismo e práticas discriminatórias de qualquer tipo. É na escola, um dos primeiros espaços de vivência, que as tensões sócio-raciais se estabelecem nas relações entre alunos brancos e negros. Sobre esse ponto, Santos (2011) alerta que:

[...] se a escola não está preparada para formar para a diversidade étnico-racial, e para as questões que lhes são subjacentes, outras instituições geralmente assumem esse papel e podem adotar concepções positivas ou negativas sobre o racismo [...] (Santos, 2011, p. 199).

Assim, na escola, a mudança poderá ocorrer de forma consistente, considerando a articulação entre educação e identidade afro-brasileira, cujo processo, reeduca o olhar pedagógico sobre o negro, de modo a torná-lo protagonista de sua história, e não apenas mero espectador.

⁵ Gomes (2021, p. 438) acena que descolonizar as mentes “consiste [...] na desconstrução da lógica racista presente na nossa socialização e nos processos formativos construídos na vida privada e pública”.

Elementos intra-escolares: construindo processos positivos de mudanças

O processo da discriminação racial está presente no cotidiano escolar, seja de modo explícito ou oculto. E em relação a esta pesquisa, esses elementos discriminatórios eram predominantes no período da investigação. O que nos remete saber, como a diversidade étnico-racial está sendo trabalhada, se está sendo discutida em sala de aula, e de que forma os sujeitos negros estão sendo representados na educação, considerando que é preciso que o ato de educar vá além de livros tradicionais que refletem a história do grupo negro em heróis e datas comemorativas.

Nesse sentido, principalmente em função das leis federais e da estadual, que institui o ensino de história sobre a cultura africana e afro-brasileira, pode-se observar atualmente, movimentos que buscam combater processos discriminatórios na educação escolar amazônica. Um desses processos, dizem respeito a estudos como o de Reis, Foster e Custódio (2017) cuja investigação, aponta para a compreensão de professores sobre o uso das mídias na educação como poderosos recursos na efetivação das leis supracitadas.

Estudos como o de Coutinho e Custódio (2020) mostram, também, que o trabalho sobre a questão racial no contexto escolar, mesmo que de forma ínfima vem ganhando espaço nos últimos anos, como por exemplo, o fato de alguns professores, de uma escola de Nível Médio de Macapá/AP, abordarem a temática racial, com mais frequência, em suas respectivas disciplinas de ensino (Língua Portuguesa, Arte e História).

É certo de que esse processo precisa avançar muito, porém, é perceptível, que em algumas instituições escolares da Amazônia amapaense, a discussão e o cumprimento das determinações legais vêm sendo executadas. Gomes (2012) adverte, nesse contexto, que:

É nesse contexto que se encontra a demanda curricular de introdução obrigatória do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas da educação básica. Ela exige mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros [...] (Gomes, 2012, p. 100).



É essencial, portanto, que os profissionais busquem orientações de como desenvolver trabalhos relacionados a questões étnico-raciais, respeitando as especificidades de seus alunos, tendo em vista que:

Uma educação voltada para a produção do conhecimento, assim como para formação de atitudes, posturas e valores, que eduquem cidadãos para (e na) diversidade étnico-racial, significa a compreensão e a ampliação do direito à diferença como um dos pilares dos direitos sociais [...] (Gomes, 2012, p. 22).

Tratar a questão étnico-racial no espaço escolar é lidar com desafios, e, nesse sentido, “é necessário [...] saber lidar com as questões que atravessam as relações raciais vivenciadas nas escolas de educação básica” (Corenza, 2018, p. 19). Salienta-se, assim, que a linguagem verbal e não verbal é uma poderosa arma, tanto para a perpetuação do racismo no cotidiano escolar, quanto para suscitar reflexões e mudanças a esse respeito. Desta feita, “faz-se necessário [...] evitar que estigmatização negativa de um grupo em detrimento do outro se confunda com uma realidade ‘natural’” (Silva, 2019, p. 29).

Contudo, nesse universo de simbolismos sobre a questão racial e seus desdobramentos, como fazer para superar o racismo na escola, diante de uma vastidão de percalços que norteiam pensamentos racistas construídos ideologicamente com a finalidade e excluir socialmente, grupos étnico-raciais negros e indígenas? A esse respeito, Foster (2004) sugere:

É hora do Brasil se abrir mais para a discussão do problema contrapondo com a recusa da sociedade em discutir o racismo que está na base desse processo, sob o argumento de que não existe racismo no Brasil, ou então reconhecendo o problema, mas considerando como ‘racismo cordial’ (Foster, 2004, p. 80).

Por meio de discussões, ações, e o reconhecimento do Brasil como país que discrimina no silêncio das relações inter-raciais nos diversos espaços da sociedade, torna-se um passo muito importante no caminho de combate aos processos discriminatórios e práticas racistas. Ao passo que a valorização das identidades negras e indígenas no contexto escolar por meio da cultura, do aspecto físico, da oralidade, da música, dos costumes estudados de forma positiva nos livros didáticos, nas práticas pedagógicas tornar-se-ia um avanço para a desconstrução da imagem negativa desses grupos.



Resultados e discussão

Algumas análises sobre as relações inter-raciais no cotidiano de uma escola

No percurso de compreender os vários aspectos ideológicos e discursivos da interação que se promove no âmbito educacional, recortou-se a realidade de uma escola pública municipal de Ensino Fundamental (Escola Ensino Fundamental Aracy Nascimento), na cidade de Macapá/AP, e outros espaços da escola, tendo duração de 30 (trinta) dias, no ano de 2019.

Os sujeitos da referida pesquisa, trata-se de alunos (observação participante), além da professora e coordenadora da escola, as quais participaram da entrevista. A sala de aula, a qual foi realizada a pesquisa, era composta por 27 (vinte e sete) alunos do 5º (quinto) ano, com a faixa etária entre 09 (nove) e 15 (quinze) anos, sendo a maioria classificados pela professora da turma como pardos, e os demais brancos, negros, e descendentes de índios.

Segundo o PPP da escola, grande parte dos alunos são filhos de pais separados, havendo uma ausência quase absoluta do pai, e esse fator reflete de maneira negativa provocando uma instabilidade afetiva, emocional, e comportamental que acaba por trazer consequências graves no desenvolvimento escolar do aluno.

No decorrer da coleta de dados, foi possível observar que nesse espaço, foram apresentados cartazes nas portas de algumas salas (biblioteca, UCA⁶ Educação Especial etc.) com poucas figuras de crianças negras.

Figura 1 : Imagens de cartazes fixados no interior da escola pesquisada



⁶ Programa do município: “Um computador por aluno”.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Contudo, vê a figura negra sendo representada mesmo que de maneira insuficiente, é um indício de mudança nessa escola, pois, dessa forma a criança pode se reconhecer naquela figura, e sentir que sua identidade está sendo valorizada, pois, “sem construir sua identidade ‘racial’ ou étnica, [...] o negro não poderá participar do processo de construção da democracia e da identidade [...] em pé de igualdade [...]” (Munanga, 2015, p. 25).

169

Percepções sobre as relações raciais professor/aluno, a negação da identidade e a discriminação racial entre alunos

A sala de aula é o espaço da escola onde ocupa uma posição fundamental, e a compreensão sobre o mesmo pode revelar significativos elementos da rotina escolar. Assim, dentre um dos momentos de observação na sala de aula, destaca-se uma das aulas de português, cujo tema era sobre leitura.

A professora trouxe alguns livros de fábulas infantis e pediu para que cada um escolhesse o livro que mais chamasse a atenção para dar início às leituras. Todos começaram a ler ao mesmo tempo, de repente um aluno⁷ fala em voz audível: “esse macaco se parece com uma pessoa”. Sobre esse aspecto, Cavalleiro (2006, p. 97), adverte que na escola, “as crianças estão tendo infinitas possibilidades para a interiorização de comportamentos e atitudes preconceituosas e discriminatórias contra os negros”.

Nessa direção, Munanga (2015, p. 25), questiona o seguinte: “de que maneira é ensinada ou foi ensinada a história da África e dos brasileiros de ascendência africana no sistema educativo brasileiro?”, e Gomes (2001) continua alertando que: “a escola não poderia lançar um olhar sobre a beleza estética negra, das artes, da religião, da música e a estreita relação entre a tradição africana e o cuidado com a natureza e com o meio ambiente?” (Gomes, 2001, p. 94).

Ressalta-se, nesse aspecto, que o negro poderá ser visto sob uma nova ótica. Poderá ter sua história descrita, não como população escrava e inferior,

⁷ Aluno branco.



mas como um povo de luta, de inconformismo com as desigualdades raciais, e que também possui características positivas.

Para Silva (2001, p. 73), “as pessoas precisam ser convidadas a refletir sobre sua própria identidade racial e sua interação com o mundo a partir dela”, uma vez que muitos educadores não reconhecem os efeitos negativos que o racismo pode provocar nos alunos vitimados por esse ato. Isso se deve ao fato de estarem utilizando uma metodologia que camufla as múltiplas faces do racismo, impedindo um olhar crítico dos seus alunos, sobre essa questão.

Convém destacar a fala de Gomes (2001, p. 83), quando questiona sobre “o tratamento que a escola tem dado à história e à cultura de tradição africana”, ou seja, será que a escola utiliza práticas pedagógicas que valorizem a cultura negra? Ou será que a escola prima na manutenção da supremacia branca?

“A construção da cultura brasileira”, foi tema de uma das aulas de História. A professora escreveu no quadro, um texto sobre a influência da cultura africana no Brasil. Durante a explicação do texto, afirmou aos alunos, que os negros foram trazidos ao Brasil para serem explorados, escravizados, e que isso não era certo. Explicou também que somente depois de muito tempo é que os negros foram libertados, por meio da Lei Áurea.

Destacou que, por causa da escravização do negro, muitas pessoas acham até hoje, que o negro tem que viver como subalterno e/ou inferior. Ressaltou: “e se fosse o contrário, se fosse os brancos, como seria? A gente também ia passar por isso! Por isso a gente tem que fazer o quê? Guardar as nossas raças, seja branco, seja índio, seja negro”.

Diante desse relato, foi possível observar que apesar de parecer não ter um preparo mais adequado para tratar as questões raciais, a professora mostrou de forma breve um pouco da situação de descaso que o negro enfrenta ao longo dos anos.

Além disso, fez uma comparação pertinente a situação exposta, deixando de certa maneira para os alunos uma pequena reflexão acerca da vivência do negro e do branco. E em relação ao racismo e a discriminação



racial, embora de maneira incipiente, na explicação da professora, foi possível notar que esses elementos não foram deixados de lado.

Sobre as literaturas infantis, percebemos a ausência de material que abordasse a questão racial, que tivesse o garoto ou a menina negra na capa, como protagonista da história, ou como alguém importante e valorizado. Livros de historinhas como o da “Branca de Neve”; “A Pequena Sereia”; “Pinóquio” etc. faziam parte do repertório utilizado pela professora como incentivo à leitura.

Figura 2: Imagens das literaturas utilizadas pela professora da turma pesquisada



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Diante dessas constatações, nota-se a necessidade de rever os conteúdos, imagens, e sentidos que são passados pelos materiais de apoio pedagógico, os quais expressam em uma linguagem própria, seja visual ou escrita, e que muitas vezes, são os únicos materiais utilizados pelos professores. Nesse compasso, Souza (2001), pontua que essas literaturas devem “[...] oferecer ao leitor re(a)presentações positivas do negro, [...] possibilitando ao branco uma reeducação quanto à visão estereotipada do negro, e a [...] elevação da autoestima e resgate de sua cultura” (Souza, 2001, p. 211).

A utilização de recursos pedagógicos dessa natureza enaltece a imagem do grupo branco com referências positivas em detrimento do grupo negro. É, também, um dos fatores que favorecem a internalização de ideias preconceituosas e atitudes discriminatórias contra alunos negros, repercutindo sobre a vida social, podendo ser um entrave ao seu desenvolvimento escolar, pessoal e social.

As entrevistadas

A partir de agora o que se pretende é saber como os educadores lidam com as questões étnico-raciais em sala de aula e na escola de modo geral, e quais as percepções e atitudes diante de conflitos raciais no cotidiano escolar. Assim sendo, traçou-se um breve perfil dos sujeitos da pesquisa, para melhor entendimento sobre a questão racial do ponto de vista de cada interlocutor.

Quadro 1 - Caracterização dos entrevistados

Entrevistadas	Cor/Raça ⁸	Formação	Tempo de serviço
Coordenadora	Branca	Licenciatura em Pedagogia	3 (três) anos em escola particular
Professora	Branca	Curso Técnico em Turismo	8 (oito) anos na docência

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

As entrevistadas⁹, no momento da pesquisa, trabalhavam há pouco tempo na escola. Em relação à formação da coordenadora, esta, não possuía habilitação para o Magistério, entretanto, formou-se no Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) no ano de 1994, e durante o curso na UNIFAP, a entrevistada informou que não foi abordada a temática étnico-racial. Esta, exerceu a docência durante 3 (três) anos, em escola particular, além disso, fez especialização voltada para a Lei 10.639/2003.

No que se refere à professora, esta, possui habilitação para o Magistério, e é formada em Curso Técnico de Turismo. Contudo, estava cursando, no momento desta pesquisa, o Curso de Licenciatura em Pedagogia (PARFOR – Plataforma Freire) pela Universidade do Estado do Amapá

⁸ As interlocutoras, se autodeclararam brancas, no momento da entrevista.

⁹ As entrevistas foram realizadas na própria escola com horário combinado. Entretanto, tivemos muita dificuldade em realizá-las, pois alegavam (coordenadora e professora) sempre, falta de tempo, muitos compromissos etc. Além disso, apresentava nas falas, certo receio em atender-nos, sempre que informávamos a respeito do conteúdo e/ou assunto das entrevistas.

(UEAP), e tinha atuado até a ocasião da entrevista, como docente durante 8 (oito) anos.

Assim, buscou-se identificar através das entrevistas como a escola aborda a questão racial em sala de aula e fora dela. E como temas pertinentes ao nosso trabalho foram desenvolvidas algumas questões sobre: formação continuada; currículo; conflitos étnico-raciais, identidade negra etc.

Desse modo, quando questionadas sobre a existência da discriminação racial e racismo na escola, as entrevistadas foram enfáticas ao dizer que:

A gente manda prender! (Sorria em tom de brincadeira). Não, não! Eu nunca soube de nenhum caso aqui na escola, mas se vier a acontecer, a gente conversa com os envolvidos na questão para que eles peçam desculpas um ao outro e se não resolver a gente manda chamar os pais, mas primeiro a gente conversa, inclusive porque o professor deve ter essa orientação (Coordenadora Pedagógica).

Não há racismo aqui na sala, dificilmente acontece e quando acontece, a gente avisa os pais para comparecerem pra que a gente possa colocar a questão, pra que agente possa analisar e refletir e conversar com seus filhos, ou seja, são, através de conversas informais sobre os valores, normas coletivas e depois é repassada a situação para a coordenação (Professora).

Questionadas sobre o tratamento dado à questão racial no contexto escolar, obteve-se o seguinte:

Tem que trabalhar essa diversidade... A Lei¹⁰ que foi implantada deve ser trabalhada dentro da matriz, não só em assuntos pontuais no dia da raça... da diversidade... Mas sim durante todo ano letivo (Coordenadora Pedagógica).

É tratada através de projetos e planejamentos visando os conteúdos programáticos. Além disso, geralmente eu peço pra que eles vão para a biblioteca fazer pesquisa sobre o tema né, depois são feitas referências sobre o que foi pesquisado e também trabalhamos a questão do projeto, como será feito o projeto na escola, através da questão cultural, a escola pede para que possamos trabalhar pelo menos três meses antes de iniciar o projeto, seja através de livros né, debates e pesquisas (Professora).

¹⁰ A entrevistada refere-se à Lei n.10.639/2003.



Em relação ao currículo e a contribuição das culturas africanas representadas no livro didático, e como são mostradas as diferenças entre grupos étnicos, e culturas raciais:

Essa parte eu vou ficar devendo pra vocês, mesmo porque eu não participei da escolha do livro... Mas, muitos livros já vêm [...] eu não fui procurar os livros que eles estão adotando e estão entregando agora para os pais... mesmo porque, custou um pouquinho a chegar, mas eu acredito que muitos já vêm adaptados com a questão do meio ambiente, a questão étnico-racial e os 9 (nove) anos. Eu vou ficar devendo, é até um alerta que eu vou lá verificar tudo direitinho, mas específico, específico ainda não tem não, é trabalhado dentro da história. Até mesmo assim... como esse trabalho tá muito forte...até mesmo os próprios afros (esboçou um leve sorriso), eles não deixam os livros didáticos como eram antes, eles estão tentando mudar a forma como era antes, o negro como era visto antes (Coordenadora Pedagógica).

Discriminação na escola no geral sempre acontece né, algum aluno chama para outro né, algumas coisas de uma forma negativa que o outro tem como ofensa, mas dentro da sala mesmo não, dessa forma, não acontece, eu procuro trabalhar essas diferenças na própria sala de aula, através de conteúdos e atividades praticas com a utilização de recursos didáticos pedagógico (Professora).

Quanto à formação do professor sobre as questões raciais, e se esta é considerada assunto para a escola, enfatizou-se que:

Apesar de a escola oferecer cursos nessa temática, nós até... Nós tivemos aqui um trabalho dentro do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), encaminhado pelo MEC (Ministério da Educação) então, lá vão ser contemplados os cursos, os professores já se inscreveram, e muitos se inscreveram nessa temática para a Pós-Graduação (Coordenadora Pedagógica).

Sim, mas ainda não é muito explorado durante o ano, somente com eventos e projetos de acordo com as datas comemorativas, porque devido o livro didático vir da secretaria eles colocam alguns tópicos a serem desenvolvidos, mas não tem assim uma generalidade né, então a gente pode desenvolver isso (referindo-se às questões raciais), mas não é com muita frequência. (Professora).

Diante do que foi apresentado, faz-se necessário algumas reflexões para melhor entendimento das questões étnico-raciais no contexto escolar. Convém salientar, primeiramente, que as entrevistadas têm ciência de que é preciso



trabalhar as questões raciais na escola, e isso é um ponto importante, considerando que muitos educadores ainda não possuem essa compreensão, além disso, conhecem a Lei 10.639/2003, e o que ela representa, legalmente falando. Contudo, o maior mérito não está em obedecer a Lei, mas como a temática sobre a população negra (em especial) vem sendo ensinada e apresentada na escola.

Nessa ótica, observamos que a temática racial era trabalhada de forma fragmentada, o livro didático foi o único material utilizado, não houve debates e nem pesquisa externas durante o período investigado, o que demonstra contradições entre o que dizem, e o que se pratica em sala de aula.

Para Silva, (2001, p. 66), “o despreparo constitui campo fértil para que o racismo se perpetue e a discriminação racial sofra mutações próprias do ambiente escolar”. Contrariamente, a postura do educador necessita ser pautada em uma educação antirracista, que propicie um ensino que respeite as diferenças, e, igual desenvolvimento intelectual para os alunos que dele se apropriem.

No que tange às práticas de ensino e aprendizagem sobre a cultura negra na escola, percebeu-se a abordagem apenas na disciplina de história, de maneira superficial e de forma isolada. Ademais, não foram presenciadas discussões e/ou debates em torno da contribuição da cultura africana no currículo escolar. Gomes (2005) adverte, nesse aspecto, que é importante e necessário que a prática pedagógica leve em consideração “a diversidade de classe, sexo, idade, raça, cultura, crença etc., presentes no espaço escolar, e pensar (e repensar) o currículo e os conteúdos escolares a partir dessa realidade tão diversa” (Gomes, 2005, p. 87).

Sobre a formação de professores e o modo como enxergam a questão étnico-racial, é importante destacar o interesse de alguns educadores pela temática racial, embora de maneira tímida, pode-se perceber um avanço nesse aspecto. A afirmação de que na escola é desenvolvido projeto¹¹ que trata da questão racial e a inexistência de racismo no ambiente escolar foi recorrente

¹¹ Apesar de não ser o único caminho em relação ao que se pretende alcançar em termos de combate ao preconceito e a discriminação racial dos sujeitos escolares, é relevante ressaltar que o projeto, tem papel significante na valorização da identidade negra.



por parte das entrevistadas. Contudo, foi possível perceber conflitos étnico-raciais entre alunos.

Nessa perspectiva, notou-se que a atitude das educadoras ao negar perceber a discriminação racial entre alunos, relaciona-se à operacionalização do “mito da democracia racial, que dificulta a percepção do fenômeno do racismo” (Santos, 2005, p. 118), contribuindo, dessa forma, para a permanência de manifestações racistas.

Quando se trata de discutir sobre a existência de discriminação racial e racismo na escola, e a linguagem usada no cotidiano escolar como elemento influenciador nas questões de racismo e discriminação, a questão cultural é colocada como destaque no trato à diversidade étnico-racial.

É interessante notar, que “a cultura serve como referência para nos orientar. É um instrumento muito importante e necessário para que possamos responder à pergunta ‘Quem sou eu?’” (Romão, 2001, p. 173). No entanto, a autora destaca, também, que “devem-se considerar não só os aspectos [...] culturais, mas as oportunidades de expressão, [...] que pressupõe a não-imposição (sic) da negação da identidade” (Romão, 2001, p. 173).

Assim, nota-se que a formação da maioria dos professores parece estar baseada em uma visão homogênea e linear, sem o necessário reconhecimento da diversidade e da diferença e, por conseguinte, não possuem a capacidade de análise para transformar a sua prática de forma consistente frente aos conflitos étnico-raciais. Muitas vezes, esses conflitos são interpretados pela professora como indisciplina, e não como algo relacionado ao racismo ou a discriminação racial. Para Cavalleiro (2006, p. 79), “a dificuldade de lidar com o problema étnico parece dar [à professora] a ilusão de que ignorar é a melhor saída”.

É preciso, portanto, uma formação de professores que busque considerar e “introduzir a questão racial nos currículos [...] uma estrutura curricular distinta da dominante e uma mentalidade diferente por parte de docentes [...]” (Ferreira, 2018, p. 67). Ademais, uma formação que não omita as histórias do povo negro “[dos] livros, [dos] currículos, e [da] própria formação inicial de professores” (Corenza, 2018, p. 62).



Quando se trata de romper com estereótipos que buscam inferiorizar a cultura dos povos negros, o projeto “Consciência Negra”, o qual as entrevistadas se referem frequentemente, visa contribuir para a valorização da imagem do negro na sociedade, e serve também para o fortalecimento de identidades. Por conseguinte, segundo Brasil (2004, p. 20) “a valorização da oralidade [...] da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, [...] é uma das formas de combate ao racismo e a discriminação racial”.

Logo, esse trabalho desenvolvido na escola amapaense em questão, é de suma importância para uma pedagogia que vise uma educação antirracista, no contexto amazônico. No entanto, vale lembrar que todos da comunidade escolar necessitam ter consciência de que para trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial “é importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país” (Brasil, 2004, p.15).

Assim, faz-se necessário repensar essas práticas visando um maior alcance no combate aos processos discriminatórios implícitos e explícitos nas relações do cotidiano escolar.

O Projeto “Consciência Negra”

O projeto “Consciência Negra: valorizando nossas raízes” (na imagem abaixo), desenvolvido pelos próprios professores, coordenadores, alunos e comunidade em geral têm como público-alvo, alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, e como principal objetivo: implementar a História da Cultura Afro-brasileira e Africana, conscientizando alunos e professores da necessidade de se incorporar ao currículo escolar, difundindo a educação na diversidade étnico-racial.

Figura 3: Imagem do projeto



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Dentre as atividades que o projeto realizou e ainda pretendia realizar a época desta pesquisa, estão: palestras (com abordagem na Lei 10.639/2003); danças (como hip-hop, marabaixo¹² samba, capoeira etc.); desfiles (com escolha da mais bela estudante negra); leitura de contos, poemas, e poesias africanas; confecção de cartazes, enfatizando o vocabulário e expressões que a população negra mais utiliza, bem como músicas afro-brasileiras.

Contudo, a despeito de observamos o não desenvolvimento de uma ação pedagógica antirracista mais específica no combate às ideologias racistas que tensionam as relações interpessoais naquele espaço, é relevante destacar, que com a perspectiva de construção positiva da imagem do negro africano e afro-brasileiro, através do referido projeto, a escola deu um passo importante no fortalecimento e na valorização da identidade negra, rompendo, assim, com processos históricos que inferiorizaram grupos étnico-raciais negros e indígenas.

A questão racial no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola

O PPP é um documento de instrumento político, cultural e científico de construção coletiva. Nessa perspectiva, o objetivo da escola segundo o PPP, é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a refletir, compreender, decidir e atuar na realidade social, política, ambiental e cultural, de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um, e da sociedade local e global, atendendo assim às necessidades e expectativas

¹² O Marabaixo é expressão cultural de devoção e resistência formado nas tradições, na organização e na identificação cultural entre as comunidades negras do Amapá, inscrita no livro das Formas de Expressão em novembro de 2018. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1941>.

educacionais através de uma proposta pedagógica que busca uma renovação constante e o comprometimento com a realidade social.

O PPP possuía cinco metas: a primeira visava aumentar o índice de aprovação; a segunda, elaborar um plano de ação, com o intuito de dinamizar a prática pedagógica do corpo docente; a terceira, preparar um programa de ação para melhorar a gestão escolar (Conselho Escolar); a quarta, elaborar um programa de ações que garantisse a participação efetiva dos pais e da comunidade, e a quinta e última, implementar um projeto que visasse envolver a comunidade escolar no processo de planejamento e a avaliação para garantir a qualidade do ensino.

Contudo, além de observar uma defasagem no documento, pôde-se perceber a ausência do fator étnico-racial, como elemento importante a ser tratado no espaço escolar, e a Lei 10.639/2003, tão relevante no processo de combate ao racismo, e de valorização da identidade negra e indígena, não foi citada no PPP.

A questão racial necessita ser colocada à comunidade escolar de forma que todos possam repensar suas ações, suas práticas, seus conceitos a esse respeito. O PPP, nesse caso, é uma ferramenta importante no processo de fortalecimento das ações estratégicas, e busca do reconhecimento da identidade da comunidade pertencente à escola.

Diante disso, é importante trabalhar questões étnico-raciais para a construção positiva da identidade negra no sentido de se combater, e eliminar processos teóricos racistas e discriminatórios do ambiente educacional e social.

Diante do que foi exposto nesta pesquisa, é possível afirmar que os resultados apontam para a existência de discriminação racial nas relações entre alguns alunos principalmente contra alunos negros. Apontam ainda, para a disseminação do racismo por meio do silenciamento da professora investigada e alguns agentes escolares.

O PPP que é um documento relevante para a escola e que pode ser considerado como um momento importante de renovação para a instituição



escolar, não apresenta o fator etnicorracial como sendo um elemento necessário para a construção do respeito às diferenças étnicas.

No entanto, foram constatadas algumas pistas positivas, tais como a valorização da identidade negra por meio do projeto “Consciência negra: valorizando nossas raízes”, e ainda a representação de figuras negras em alguns cartazes fixados em ambientes da escola pesquisada.

Dessa forma, a partir das observações e dos diálogos com os sujeitos da pesquisa compreendemos como se dão as relações interraciais e como é enfrentada a questão do racismo e da discriminação racial contra o aluno negro naquele espaço escolar. É na perspectiva de construir uma pedagogia capaz de estabelecer relações dialógicas entre as diferenças que a escola precisa avançar.

Considerações finais

O estudo das relações inter-raciais no cotidiano escolar apresentado nesta pesquisa envolvendo alunos/professores e agentes escolares mostrou que o racismo e a discriminação racial ainda permeiam tais relações. Estas se encontram alicerçadas no mito da democracia racial, que insiste em difundir uma convivência harmônica entre as raças.

Desse modo, esta pesquisa nos possibilitou reconhecer, ainda mais, elementos discriminatórios presentes no contexto escolar, baseados em teorias racistas que objetivam a exclusão do negro de certos segmentos da sociedade brasileira.

O trato pedagógico às questões de cunho racial que a escola apresenta não condiz com a prática desenvolvida no cotidiano da sala de aula. O silenciamento em relação aos conflitos étnico-raciais naquele espaço, a falta de preparo, e muitas vezes a indiferença acabam por disseminar ainda mais práticas discriminatórias entre alunos e alunos e professores e alunos.

Contudo, ressalta-se que a escola, embora, deixe a desejar na abordagem dos conflitos raciais entre alunos, e na percepção da existência de racismo e de discriminação racial, o ambiente investigado apresenta, também, pistas positivas (ainda incipientes, mas promissoras) em relação à valorização



do negro, como por exemplo, a construção do projeto “Consciência negra: valorizando nossas raízes”, bem como alguns cartazes encontrados naquele espaço com a figura negra neles ilustrados.

Entretanto, cabe lembrar, que se faz necessário investir efetivamente na formação inicial e continuada de professores, buscando trabalhar questões ligadas à pluralidade cultural e étnico-racial, possibilitando-lhes a desconstrução de mitos, paradigmas e preconceitos na cultura escolar e na sociedade, vislumbrando uma pedagogia antirracista efetiva.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, S. P. Papyrus, 1995. - 7. [reimpr.] ed. 128 p.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf. Acesso em: 16 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 1.196, de 14 de março de 2008**. Institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da Educação Básica. Macapá, AP, 2008. Disponível em: <https://www.mpap.mp.br/menu-legislacao?view=article&id=6701:lei-ap-1196-2008&catid=16>. Acesso em: 26 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, out. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Secretaria de Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis, p. 679-684, out-dez/2006. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFctbZDZHgNP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CORENZA, J. de A. **Formação inicial de professores**: conversas sobre relações raciais e educação. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2018. (Educação, tecnologias e transdisciplinaridades).

182

COUTINHO, E. J. B. G.; CUSTÓDIO, E. S. Relações étnico-raciais e identidade negra: um estudo colaborativo na Escola Estadual General Azevedo Costa em Macapá-AP. **Revista Humanidades e Inovação**. v.7, n.7.7 – 2020. Disponível em:
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2493>. Acesso em: 27 jun. 2022.

FERREIRA, V. M. **Tensões em torno da questão étnico-racial no currículo de cursos de Pedagogia**. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2018.

FOSTER, E. da L. S. **Racismo e movimentos instituintes na escola**. 148 f. I parte. (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói: 2004.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Ministério da Educação, Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília - DF, 2005.(Coleção Educação para Todos).

GOMES, N. L. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. dos S. (org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. 6. ed. São Paulo: Selo negro, 2001.

GOMES, N. L. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 435-454, mai./ago. 2021. Disponível em:
<https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/27991/25100>. Acesso em: 05 set. 2022.

GOMES, N. L. As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas. In: GOMES, N. L. (org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. 1. ed. - Brasília: MEC ; Unesco, 2012. (Educação para todos; 36).

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. - 2. ed. – [reimpr.] - Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** – 28 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** – 3. ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxGPWdcytJgSnNKJQ7dMVGz/?lang=ptfont-size:8pt;font-style:normal;font-weight:normal;color:#0000FF;font-family:Helvetica>. Acesso em: 12 jan. 2022.

REIS, M. M. dos; FOSTER, E. da L. S; CUSTÓDIO, E. S. Mídias na escola: recursos pedagógicos na prevenção e combate ao racismo em escolas da rede municipal de ensino de Macapá-AP. **Rev. Educ. Perspec.** Viçosa, MG. v.8 n.3. - p.478-495, set./dez. 2017. eISSN 2178-8359. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6984/2833>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ROMÃO, J. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In: CAVALLEIRO, E. dos S. (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** 3. ed. São Paulo: Selo negro, 2001.

SANTOS, Â. M. dos. **Vozes e silêncio do cotidiano escolar: análise das relações raciais entre alunos negros e não-negros em duas escolas públicas no município de Cáceres, MT.** (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Mato Grosso. Cuiabá, 2005. Disponível em: <http://www.bdae.org.br>. Acesso em: 8 ago. 2022.

SANTOS, R. A dos. Formação de professores e diversidade racial. In: PINTO, R. P.; ROSEMBERG, F.; SILVÉRIO, V. R. S. (org.). - **Relações raciais no Brasil: pesquisas contemporâneas/** – São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, L. de O. M. A representação do negro e das relações raciais nos meios de comunicação: um estudo comparativo em revistas de segmentos do Grupo Abril, no Brasil, e em suas respectivas versões norte-americanas. In: BARRETO, P.; OLIVEIRA, C.; SOBRAL, R. (org.). - **Representações, linguagens e políticas públicas: afro-brasileiros e povos indígenas no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2019. (Retratos e espelhos, 3).

SILVA, M. A. da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, E. dos S. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** 3. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SOUZA, A. L. de. Personagens negros na literatura infanto-juvenil: rompendo estereótipos. In: CAVALLEIRO, E. dos S. (org.). **Racismo e anti-racismo: repensando nossa escola.** 3. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001.



YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. – 5. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2015.

Sobre os autores

Betel Pereira de Castro

betelpcastro@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9781-445>.

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Membro do Grupo de Pesquisa *Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais* (UNIFAP/CNPq).

Eugénia da Luz Silva Foster

daluzeugenia6@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0807-0789>

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Fluminense (UFF), com pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Associada da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atual no Mestrado em Educação (PPGED/UNIFAP) e no Doutorado em Educação da Amazônia (EDUCANORTE). Líder do Grupo de Pesquisa *Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais* (UNIFAP/CNPq).

Elivaldo Serrão Custódio

elivaldo.pa@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2947-5347>

Doutor em Teologia pela Faculdades EST, em São Leopoldo/RS. Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atualmente é professor na Universidade do Estado do Amapá (UEAP) e no Mestrado Profissional em Matemática da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Vice-líder do Grupo de Pesquisa *Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais* (UNIFAP/CNPq).